

CARACTERIZAÇÃO DO ECOTURISMO (TURISMOS COMUNITÁRIO, CULTURAL, DE AVENTURA E DE NATUREZA) - TERRITÓRIO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA E IMEDIAÇÕES

Matias Poli Sperb¹

1. Introdução

Este material apresenta caracterização de algumas iniciativas, atividades e atrativos turísticos na linha do ecoturismo que estão sendo desenvolvidos dentro e no entorno da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca - APABF.

Visando subsidiar a construção do Plano de Manejo (PM) da APABF, propõe-se fornecer uma noção das atividades que existem com relação a este tipo de turismo: suas fragilidades, fortalezas, ameaças e oportunidades, sobretudo as atividades relacionadas à Rede de Turismo de Observação de Baleias por Terra (Rede TOBTerra) na APABF e imediações. Portanto, este material não abrange todas as iniciativas de ecoturismo que acontecem na APABF e nem todos os seus atrativos turísticos.

2. Breve interpretação da questão legal e contextualização

Este tópico se refere a legislação balizadora do ecoturismo no território, incluindo as modalidades “turismo comunitário e cultural, turismo de aventura, turismo rural na agricultura familiar e turismo de natureza, sobretudo quanto a observação de baleias por terra”.

Estas modalidades envolvem diferentes agentes do turismo que estão diretamente em contato com os turistas - Condutores e guias de turismo, os receptivos culturais, a gastronomia, o artesanato, a logística, restauração e a hospedagem. Neste sentido, destacamos os seguintes marcos legais:

- ICMBIO-INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, de 3 de maio de 2016.

¹**Organizador**

Colaboradores: Alice Deorrist Rampon (2016-15), Aline F. Fernandes (2015), Aline Rabelo (2016), Amanda de Oliveira (2015), Audrey Amorim Corrêa (2015), Bernadete Scolaro (2016-15), Carina Leitorles (2015), Caroline Schio (2016-15), Cássio Silvino Sartori (2015), Claudete Medeiros (2016-15), Daniel Assis Freitas (2016-15), Fernando Ambrósio (2015), Fernando Bitencourt (2015), Gabriela Lopes Ribeiro (2016-15), Gervásio Oecksler (2015), José Giovanni Farias (2015), Juliani Brignol Walotek (2016-15), Julio Cesar Vicente (2015), Lotário Melchior (2016), Luciane M. Fontoura (2016), Maiara Pereira (2016-15), Manuela Spezia (2015), Marta Rosalba Quintero (2016-15), M^a Aparecida Ferreira (2016-15), M^a Eugenia Carrera (2015), Matias Poli Sperb (2016-15), Milton L. Placentini (2015), Renato Guilherme Hexsel (2015), Sandra Severo (2016-15), Sérgio L. G. Pinheiro (2016-15), Simone Poletto (2016-15), Walter Caira (2016)

Colaboradores externos: Luiz H. Fragoas Pimenta (2016-15), Rafael Freitag (2016-15)

- PREFEITURA DE IMBITUBA - RESOLUÇÃO PMI/SEDETUR Nº 001, de 31 de maio de 2012.
- PREFEITURA DE GAROPABA - Decreto Nº 033/2012.
- MTUR - PORTARIA Nº 27, de 30 de janeiro de 2014.
- LEI ESTADUAL TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina - Lei Nº 14.361, de 25 de janeiro de 2008.

Quanto às normativas da PREFEITURA DE IMBITUBA - RESOLUÇÃO PMI/SEDETUR Nº 001/2012 e da PREFEITURA DE GAROPABA - Decreto Nº 033/2012, destaca-se ponto comum referente à responsabilidade das prefeituras de renovar anualmente o credenciamento dos condutores ambientais, tendo a incumbência, para isso, de avaliar a prática destes profissionais, inclusive com ações punitivas, e de estimular a atualização profissional dos mesmos, como expressa a instrução normativa de Garopaba (DOM/SC, 2012: 89-90 – Capítulo IV - do Exercício da Atividade):

Art. 7º Com relação ao exercício da atividade dos condutores ambientais locais deve-se:

I - estabelecer mecanismos de avaliação periódica dos condutores cadastrados através de relatórios padrão estabelecidos pela Secretaria de Turismo, com a finalidade de montar um banco de dados com informações sobre os condutores, as trilhas e os visitantes;

II - estabelecer que eventuais punições devam acontecer de forma gradativa (A - advertência, B - suspensão, C - exclusão do cadastro);

III - estimular a participação em cursos de atualização e aperfeiçoamento, bem como a participação obrigatória em treinamentos e simulações de atendimento de primeiros socorros, salvaguarda da vida humana, sobrevivência, salvação (florestas, rios e mar) para fins de renovação anual da credencial.

Porém, constata-se que as prefeituras não estão conseguindo dar conta das incumbências listadas acima.

A Instrução Normativa ICMBio nº 2/2016 especifica que aquelas unidades de conservação que não possuem plano de manejo não necessitam realizar cadastramento de condutores, pois estas áreas sem plano de manejo, ou outros instrumentos de gestão de uso público, não podem emitir “autorização de uso para condutor de visitantes”, como é o caso da APABF.

Também cabe citar o artigo 8º da Resolução PMI/Sedetur Nº 001/2012 da Prefeitura de Imbituba e o artigo 8º do Decreto Nº 033/2012 da Prefeitura de Garopaba, referentes a “Termos de Parceria” entre diferentes agentes do território APABF/municípios/setor privado nos dois municípios em busca de se desenvolver o ecoturismo pela condução ambiental:

Art. 8º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico de Imbituba poderá estabelecer Termos de Parceria com o (s) órgão (s) ambiental (is) gestor (es) das Unidades da região, e com proprietários de áreas privadas, por onde passam as trilhas, a fim de construir e manter um cadastro interinstitucional visando fornecer periodicamente relatório

contendo informações sobre as visitas, situação das trilhas dentro das áreas visitadas, assim como a relação dos condutores ambientais cadastrados (Resolução PMI/Sedetur Nº 001/2012).

Art. 8º A Secretaria Municipal de Turismo de Garopaba deverá estabelecer Termos de Parceria com o(s) órgão(s) ambiental (is) gestor (es) das Unidades de Conservação da região, e com proprietários de áreas privadas, por onde passam as trilhas, a fim de construir e manter um cadastro interinstitucional visando fornecer periodicamente relatório contendo informações sobre as visitas, situação das trilhas dentro das áreas visitadas, assim como a relação dos condutores ambientais cadastrados (Decreto N.º 033/2012).

No entanto, os referidos Termos de Parceria não estão sendo levados a cabo e nem pactuados/firmados entre os órgãos municipais responsáveis (Secretarias Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico de Imbituba e Secretaria de Turismo de Garopaba) proprietários de áreas privadas e gestores de unidades de conservação da região.

Perante as dificuldades que os setores público e privado apresentam para desenvolver o ecoturismo no território e fazer valer a lei, surgem iniciativas do terceiro setor no território em busca de tentar preencher algumas destas lacunas. Uma destas iniciativas se refere a Rede TOBTerra, a qual é formada por outras iniciativas de ecoturismo em curso no território.

3. Rede TOBTerra

A partir do início de março de 2015, um grupo de trabalho constituído por cerca de trinta pessoas passou a se reunir voluntariamente na sede do Projeto Gaia Village, município de Garopaba, a cada 15 dias, para discutir, promover, implementar e consolidar o turismo de observação terrestre de baleias e atividades relacionadas na APABF e imediações.

Desde então, até dezembro de 2015, já haviam ocorrido 15 reuniões ordinárias. Como resultado destes encontros foram concretizadas as seguintes atividades: 1) *brainstorming* para desenvolver o turismo na APABF que envolvesse avistamento terrestre de baleias; 2) análise de SWOT do grupo (forças e fraquezas) e do ambiente (oportunidades e ameaças); 3) Planejamento Estratégico para o desenvolvimento do ecoturismo no território da APABF, originando-se daí os objetivos que deram prioridade a; 4) Produção de um Termo de Referência para a construção de roteiros de ecoturismo no território da APABF, levando em conta diferentes atrativos naturais, culturais e histórico-arqueológicos do território, a gastronomia e a logística de transporte local, tendo como atrativo central o avistamento terrestre de baleias; 5) produção de quatro roteiros turísticos, dois no município de Garopaba e dois no município de Imbituba com base no termo de referência; 6) encontro aberto ao público de apresentação dos quatro roteiros produzidos (Figura 1); 7) Teste dos quatro roteiros turísticos de TOBTerra no evento “Semana Nacional da Baleia Franca -SNBF 2015; 8) Avaliação dos quatro roteiros testados na SNBF 2015.



Figura 1. Encontro aberto ao público de apresentação dos quatro Roteiros Turísticos TOBTerra. Fonte: Matias Sperb

É importante destacar que participavam das reuniões e/ou das ações na Rede TOBTerra, até dezembro de 2015, pessoas pertencentes a doze organizações identificadas. O Quadro 1 elenca estas organizações, assim como outras características das mesmas: território de ação; configuração institucional; número de integrantes participantes nas reuniões da Rede e o número de reuniões em que cada participante da Rede TOBTerra esteve presente. Como critério, foram incluídas apenas aquelas organizações em que um ou mais de seus membros participaram de pelo menos três dentre as quinze reuniões ordinárias da Rede que ocorreram durante o ano de 2015.

Um dos principais agentes desta rede se refere aos condutores ambientais. Em menor número também participam guias de turismo e, mais recentemente, condutores do turismo de aventura. Estes agentes podem ser identificados nas organizações: ACAIG - Associação de Condutores Ambientais de Imbituba e Garopaba, AGTA - Associação de Guias de Turismo da APABF e, em maior número de participantes, o Coletivo de Condutores Ambientais TaiáTerra, além de condutores autônomos.

Relacionado à estrutura e envolvimento dos Receptivos Culturais (Engenhos de Farinha, Ranchos de Pesca, Alambique, Comunidade Quilombola, artesanato, entre outros), temos a ADTC – Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina.

Como Organização Ambientalista temos a ONG AMA - Amigos do Meio Ambiente para a ecologia, o turismo e o desenvolvimento sustentáveis.

Quanto a formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais de turismo temos o IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina.

Como organização de aplicação de práticas de educação e condução ambiental e da preservação ambiental em geral, em específico de apoio as reuniões da Rede TOBTerra com espaço físico, temos o Projeto Gaia Village.

Como Prefeituras participantes temos as de Garopaba e de Imbituba com suas respectivas secretarias de turismo.

Representantes da APABF/ICMBIO também estiveram presentes em três reuniões da Rede TOBTerra, assim como a Rede apresentou seu trabalho em uma das reuniões do CONAPA - Conselho da APABF - no ano de 2015.

Quadro 1. Organizações participantes da Rede TOBTerra em 2015

Organização	Território de ação	Configuração institucional	Participantes nas reuniões	Reuniões presentes
ADTC - Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina	Municípios de Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba	Associação	2	12
AGTA - Associação de guias de turismo da APABF	APABF	Associação	2	6
AMA - Amigos do Meio Ambiente	Município de Garopaba	Organização não governamental	3	13
ACAIG - Associação de Condutores Ambientais de Garopaba e Imbituba	Municípios de Garopaba e Imbituba	Associação	2	3
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina	Campus Garopaba	Instituto Federal	1	14
PPPR - Plataforma de Pesca Praia do Rincão	Município de Balneário Rincão	Associação	4	7
Projeto GAIA Village	APABF	Fundação	1	11
SECTUR Grb - Secretaria de turismo de Garopaba	Município de Garopaba	Prefeitura	2	8
SEDETUR Ibt - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Turismo de Imbituba	Município de Imbituba	Prefeitura	3	3
TAIÁTerra - Coletivo de Condutores Ambientais	Municípios de Garopaba e Imbituba	Coletivo	10	15
ICMBIO/APABF	APABF	Autarquia Federal	2	3
UFSC/ORD - Organizações, Racionalidades e Desenvolvimento	Núcleo de Pesquisa	Universidade Federal	1	15
Outros	#	#	7	#

Fonte: adaptado de Sperb e Serva, 2018

Como instituição de pesquisa envolvida temos o Programa de Pós-Graduação e Administração da UFSC, em específico o núcleo de pesquisas ORD.

3.1 Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas do Turismo na APABF/Imediações e da Rede TOBTerra (Análise de SWOT)

Recentemente, em junho de 2016, foi realizado o segundo planejamento estratégico da Rede TOBTerra. O primeiro planejamento estratégico da rede havia ocorrido em abril de 2015.

A seguir se encontram os diagnósticos prévios a estes planejamentos com os principais assuntos levantados pelos integrantes quanto à Rede TOBTerra e ao turismo no território (Quadro 2).

Quadro 2. Análise de SWOT para Planejamento da Rede TOBTerra 2016

Fortalezas - Grupo	Debilidades - Grupo
2016 • Princípios da Rede Tobterra • Quatro roteiros estruturados • Receptivos acordados • Condutores e guias capacitados • Produção de artesanato típico • Diversidade e amplitude de entidades participantes do TOBTerra 2015 - APABF; Baleia como carro-chefe (atrativo); Museu da baleia existente; Facilidade acesso; Diversidade atrativos; Roteiros prontos; Material trilhas; Lei patrimônio em Garopaba; CAT; Projeto extensão IFSC (Diagnóstico Trade); DTS já em andamento; Diversidade de pessoas e organizações.	2016 • Falta de confiança • Competição • Integração da operação turística • Legalização – dificuldades para viabilizar burocraticamente as atividades da Rede (notas fiscais). • Roteiros avançados mas não prontos para rodar/comercializar ainda. 2015 - Falta pesquisa base; Falta participação comunitária; Falta apoio aos condutores; Baixa procura centro de atendimento; Falta de logística; Atividades turísticas desintegradas; Falta controle vetores de crescimento.
Oportunidades - Território	Ameaças – Território
2016 • Mirantes naturais • Cursos de capacitação e qualificação • Cultural local diversificada e ativa • Eloboração do plano de manejo APA • Fortalecimento da parceria da ADTC e TOBTerra • Criação da Rota da Baleia • Semana TOBTerra 2016 • Elaboração de caderno de normas • Existência de CAT 2015 - Selo local; Construção museu fauna; Centro receptivo específico; Educação ambiental efetiva; Proibição TOBE; Tombar patrimônio histórico; Iniciativa pública e privada; Trabalho em redes; Criação agenda dos locais; Criação roteiros turísticos temáticos; Inserção comunidade local (empregos).	2016 • Rota da baleia se transformar em turismo de massa, sem autenticidade e envolvimento comunitário • Insegurança jurídica sobre o acesso as trilhas 2015 - Legislação (guia X condutor); Falta políticas públicas EA; Lei desatualizada (P. Ambiental); Responsabilidade municipal; Engavetamento de projetos; Crescimento desgovernado; Agendados – cooptados capital.

Fonte: Planejamento Estratégico Rede TOBTerra, 2016

3.2 Planejamento Estratégico da Rede TOBTerra na APABF e Imediações 2016

A seguir, os principais tópicos do Planejamento Estratégico 2016 para atuação da Rede TOBTerra.

Missão: Consolidar o ecoturismo na APABF e imediações, tomando como base o envolvimento comunitário, a geração de renda e a preservação ambiental.

Visão: Tornar a APABF um destino de ecoturismo reconhecido nacional e internacionalmente, elevando-a entre os 50 melhores destinos de ecoturismo do Brasil (Guia Quatro Rodas) em um prazo de 10 anos (2025).

Objetivos Estratégicos (Longo prazo - mais de 2 anos)

- Trabalhar em redes em torno do ecoturismo.
- Fortalecer políticas relacionadas positivamente ao ecoturismo.
- Promover qualidade nas atividades de ecoturismo.

Objetivos Táticos (Médio prazo - até 2 anos)

- Desenvolver o TOBTerra e a condução ambiental;
- Desenvolver o turismo cultural-comunitário (rural e pesca) e histórico-arqueológico;
- Desenvolver o turismo de aventura;
- Desenvolver centros receptivos/interpretativos/museus pelo território da APABF e imediações;
- Envolver os setores gastronômico e de hospedagem nas modalidades de turismo anteriormente citadas;
- Sensibilizar a comunidade sobre a importância do ecoturismo para a região;
- Desenvolver um selo de qualidade territorial para o ecoturismo.

Objetivos Operacionais (Curto prazo - até 1 ano)

- Produzir Caderno de normas e princípios da Rede;
- Organizar e executar a Semana TOBTerra de eventos da Rede;
- Desenvolver material de divulgação e venda dos Roteiros com Selo da Rede TOBTerra.

4. Roteiros turísticos na APABF e imediações – Municípios de Garopaba e Imbituba

Na reunião da Rede TOBTerra do dia 11 de abril de 2015 (5ª reunião) foram escolhidos quatro roteiros, tomando como base quatro trilhas, a serem desenvolvidos como modelos de referência para outros roteiros na APABF a serem concebidos futuramente. Dois roteiros foram escolhidos em Garopaba e dois, em Imbituba. Justificativas: maior parte dos participantes da Rede TOBTerra atuam e ou residem nestes dois municípios; número de participantes da Rede TOBTerra suficiente para dar conta de produzir os roteiros com base em quatro trilhas; número de condutores e guias suficiente para dar conta da operacionalização destes roteiros; roteiros com atrativos diversificados um do outro; e, logo, maior opção para os turistas.

Os Roteiros escolhidos foram:

Garopaba: Roteiro Ecológico-Cultural Siriú-Macacú-Gamboa e Roteiro de Ecoturismo da Caranha.

Imbituba: Roteiro Histórico-Ecológico Rosa-Luz e Roteiro Caminhos da Ribanceira

Estes quatro roteiros foram desenvolvidos com base em um TDR - Termo de Referência para a produção de roteiros - formulado pelos membros da Rede TOBTerra. Este Termo de Referência está organizado em cinco tópicos principais: as trilhas; os atrativos; os receptivos culturais; a gastronomia; e o transporte ou logística.

Importante por em claro que a construção destes roteiros não surge com o objetivo de engessar o turismo na APABF e imediações, mas sim de integrar num único produto-amostra (componente da cesta de bens e serviços territoriais) a variedade e riqueza dos atrativos e serviços turísticos do território.

4.1 Breve Apresentação sobre Cada Roteiro TOBTerra

Aqui se apresenta uma breve descrição de cada um dos quatro Roteiros TOBTerra desenvolvidos, tomando como base quatro trilhas que integram três atividades/atrativos principais: a) observação de baleias por terra; b) visitas a receptivos culturais; c) e as trilhas ecológicas.

Roteiro Ecológico-Cultural Siriú-Macacú

Este roteiro oportuniza a observação de baleias por terra, contato com a riqueza das espécies de vegetação de restinga ao longo de trilha pelas dunas, possibilidade de avistamento de várias espécies de animais, sobretudo de aves costeiras, apreciação de sítios arqueológicos, visitas a atrativos culturais – engenhos de farinha, alambique artesanal e comunidade quilombola – e ainda, oportuniza contato com o artesanato local.



Figura 2. Trajeto do Roteiro Siriú-Macacú e três atrativos turísticos em destaque. Trajeto azul por via pedestre. Trajeto vermelho por via motorizada. Fonte: Adaptado de Rede TOBTerra - GT Siriú (2015) – com Google Earth (08/02/2018)

Diagnóstico e recomendações

- Sinalização precária da trilha.
- Faltam estruturas de segurança e conforto em alguns pontos da trilha (pontilhões e parapeitos).
- Para dois mirantes naturais de observação de baleias por terra são necessárias escadas e corrimão de apoio em áreas íngremes.
- Carros e motos com acesso às dunas, deteriorando o ambiente natural e afastando a fauna local.
- Rancho de pesca desmontado/abandonado apresentando lixo e entulho no local, caracterizando um ambiente inóspito em área isolada.
- Receptivos culturais: sugere-se dispor de bancos rústicos, ou mesmo troncos de madeira para possibilitar o descanso durante a conversa nos receptivos do engenho de farinha e artesanato. E que a gastronomia tenha mais envolvimento e identidade com as características locais, sobretudo no caso da comunidade quilombola.

Roteiro de Ecoturismo da Caranha

Apresenta beleza cênica, geológica e rupestre, arqueológica, riqueza de flora e fauna, atrativos histórico-culturais (ranchos de pesca), dunas, três praias e uma barra de lagoa, além da possibilidade de avistamento de baleias por terra.

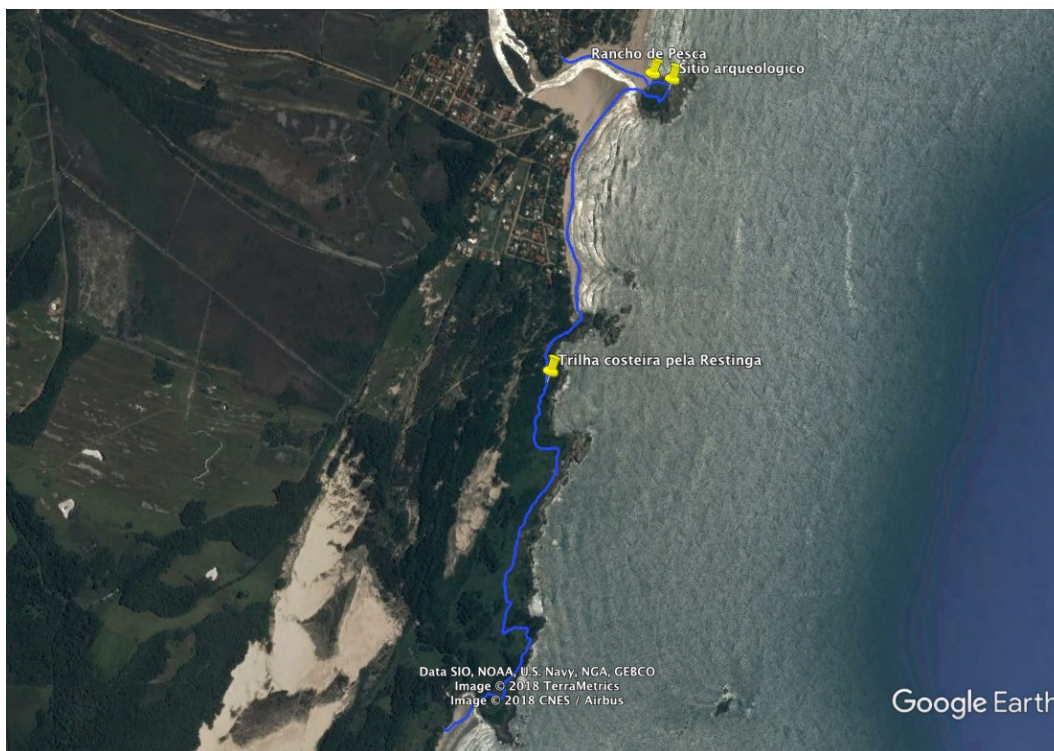


Figura 3. Trajeto do Roteiro Caranha e três atrativos turísticos em destaque. Fonte: Adaptado de Rede TOBTerra - GT Caranha (2015) – com Google Earth (08/02/2018)

Diagnóstico e recomendações

- Sítio arqueológico do Morro do Índio (Sambaqui), Praia da Barra, sendo depredado e garimpado devido à falta de cuidados. Necessidade de sinalização e restrição do acesso.
- Automóveis acessando a praia do Ouvidor, deteriorando a beleza cênica, gerando ruído (som automotivo elevado), prejudicando o acesso de aves, entre outros problemas ocasionados.
- Ranchos de pesca da Ferrugem e Ouvidor poderiam ser estruturados para receber ecoturistas, desde que com autorização da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).
- Trilha da Caranha (entre praias da Barra e Ouvidor) sem sinalização ou demarcação.
- Alguns pontos da trilha apresentam perigo de deslizamento em barrancos ou penhascos.
- Alguns pontos da trilha apresentam dificuldade de acesso, principalmente devido à lama.
- Praia da Ferrugem com turismo de massa estabelecido nos meses de janeiro e fevereiro, dificultando o desenvolvimento de ecoturismo no período.

Roteiro Histórico-Ecológico Rosa-Luz

Este roteiro turístico oferece a possibilidade de avistar as baleias em seu ambiente natural de uma maneira bem próxima e obter fotografias panorâmicas. Podem-se apreciar espécies endêmicas de plantas da Mata Atlântica junto ao espetáculo das cores das paisagens, além das histórias e a cultura tradicional mediante conversa com pescadores. Os sítios

arqueológicos e ossabores dos pratos típicos de frutos do mar e mandioca também são imperdíveis.

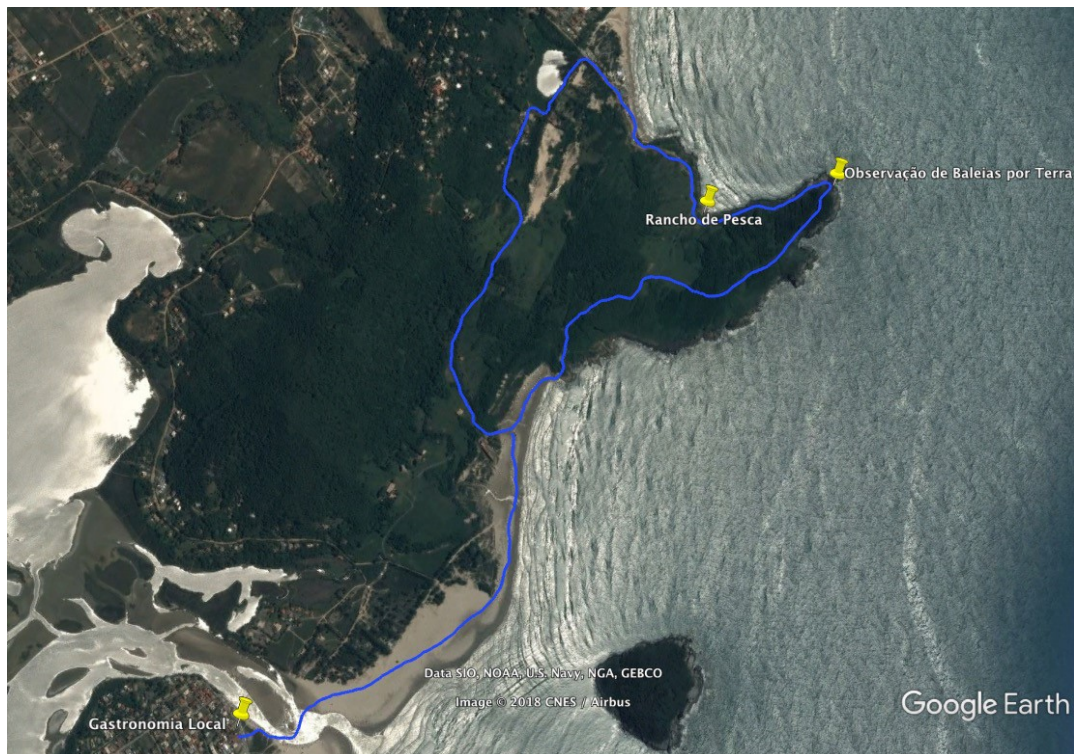


Figura 4. Roteiro Rosa-Luz e três atrativos turísticos em destaque. Fonte: Rede TOBTerra - GT Rosa-Luz (2015) – com Google Earth (08/02/2018)

Diagnóstico e recomendações

- Trilha não sinalizada.
- Trilha utilizada para eventos esportivos, inclusive de bicicleta. É necessário estudo de capacidade da carga.
- Sítios arqueológicos (oficinas líticas) sendo alvo de vandalismo. Sugere-se o tombamento destes sítios e também identificações, apresentando informações de interesse e para a sensibilização.
- O acesso a oficinas líticas, ao costão dos Ranchos da Lage e a Pedra da Talisca, em seu início, possui alagamentos, encharcamento por nascentes apresentando-se como um lugar difícil de se caminhar. Sugere-se estrutura que proteja este início de trilha.
- Sugere-se estudar a possibilidade turismo de aventura na “Pedra da Talisca”: rapel e escalada.
- Na descida do promontório antes de se chegar na Praia do Luz, o caminho tem várias passagens com erosões: caminhos alternativos (“caminhos de rato”) e cursos de água. Sugere-se delimitar apenas um caminho.
- O sambaqui da praia do Luz necessita de sinalização e ação para conservação.

- Chegado a Barra de Ibraquera, quando aberta, sugere-se incentivar o transporte de turistas por canoas, facilitando o acesso a serviços de gastronomia situados no lado sul desta Barra.
- O acesso de volta da Barra da Ibraquera à Praia do Rosa pode ser feito pela Barra das Pedras. Este lugar precisa de algumas adequações para o uso de pedestres, como a instalação de passarelas.
- Após a Barra das Pedras, seguindo pelo Caminho do Rei, caminho este de elevada importância histórica, sociocultural e ambiental, que vem sofrendo pela ação do gado e por alagamento na altura da lagoa do Peri.

Roteiro Caminhos da Ribanceira

Este roteiro inicia-se com visitação ao engenho coletivo de mandioca da ACORDI (Associação Comunitária Rural de Imbituba). No local é possível conhecer um pouco da cultura regional referente ao cultivo e processamento da farinha demandioca. Em seguida, na Praia da Ribanceira, inicia-se a trilha pelo costão rochoso, parando no mirante, ideal para a observação de baleias, sendo esta a praia da APABF como de maior incidência de baleias durante a temporada reprodutiva. Pode-se visitar os ranchos de pesca artesanal remanescentes tanto na praia dos Amores quanto na Praia do Porto. Após a caminhada, segue-se numa visita ao Museu da Baleia, local com acervo histórico sobre a caça à baleia realizada por muitos anos na região até os anos 70. Finalmente, pode-se visitar o espaço gastronômico Essência da Terra.



Figura 5. Roteiro Caminhos da Ribanceira e três atrativos turísticos em destaque. Trajeto azul por via pedestre. Trajeto vermelho por via motorizada. Fonte: Adaptado de Rede TOBTerra - GT Ribanceira (2015) – com Google Earth (08/02/2018)

Diagnóstico e recomendações

- Importante fortalecer o reconhecimento da comunidade tradicional de agricultores e pescadores dos Areais da Ribanceira e o uso de suas áreas comunais, valorizando o conhecimento, uso e manejo tradicional de espécies vegetais como a mandioca e o butiá; o modo de saber fazer a farinha fina e a gastronomia típica (reconhecida pelo movimento *SlowFood*), caracterizando um patrimônio imaterial.
- Na praia da Ribanceira é necessário dispor de pelo menos um mirante na parte central (assim como há no canto sul), pois trata-se de um local comumente utilizado para visualização de baleias (e também na pesca da Tainha) ficando entre a estrada (Av. Atlântica) e uma área de dunas em processo de erosão. De modo geral, vários carros param no meio da estrada, as pessoas saltam e sobem nas dunas para visualizar melhor. Durante a realização deste roteiro na Semana da Baleia Franca em 2015, infelizmente presenciamos um acidente com uma criança que foi atropelada nestas circunstâncias. Portanto, trata-se, também, de uma questão de segurança aos turistas e moradores locais.
- Na porção sul da praia da Ribanceira a trilha, que dá acesso ao mirante e posteriormente à praia dos Amores e ranchos de pesca, está sujeita a lama por passar entre água corrente e pontos de acúmulo de água em épocas chuvosas. Sugere-se o estabelecimento de passarela elevada entre o mirante sul e a praia dos Amores, podendo por exemplo, constituir-se uma pequena trilha com acessibilidade, com rampas de acesso entre a praia da Ribanceira e a dos Amores.
- O acesso utilizado para sair do mirante na praia da Ribanceira e chegar ao começo da trilha (Rua Paraíso) é realizado entre terrenos particulares, por meio de um corredor entre cercas. Espera-se que este acesso se mantenha aberto e público.

4.2 Roteiros visionados para serem desenvolvidos no padrão da Rede TOBTerra

Apesar de não terem sido desenvolvidos ainda, alguns dos membros da Rede demonstraram interesse em construir os roteiros a seguir, futuramente, seguindo os parâmetros da Rede TOBTerra presentes no Termo de Referência de Produção de Roteiros e no Caderno de Normas e Princípios.

Roteiro Vigia-Silveira (Município de Garopaba)

Apresenta beleza cênica, geológica e rupestre, arqueológica, riqueza de flora e fauna, duas praias e possibilidade de avistamento de baleias por terra.

Diagnóstico e recomendações

- Trilha não demarcada ou sinalizada.
- Problemas de dificuldade de acesso em cerca de 20% da trilha, na primeira metade. Mata fechada e caminho íngreme, apresentando perigo de resvalo e de se perder.
- Voçoroca na parcela central da trilha.

- Cercas particulares fechando o acesso da trilha e comprometendo a beleza cênica.
- Exposição de pinturas rupestres, apresentando riscos de roubo e vandalismo quanto maior for a promoção de visitação no local.

Além deste, outros roteiros se destacam como possíveis de serem desenvolvidos:

Roteiro da Encantada – Pedra Branca (Município de Garopaba)

Roteiro do Ambrósio (Município de Garopaba)

Roteiro da Plataforma de Pesca (Município de Balneário Rincão)

5. Diagnóstico e recomendações gerais para melhorar os serviços e atrativos relacionados aos Roteiros TOBTerra

I. ATRATIVOS E RECEPTIVOS TURÍSTICOS

- Desenvolver receptivos públicos mostrando tudo o que o território pode oferecer.
- Desenvolvimento de mirantes e locais para observação da vida silvestre e da geografia local (educação socioambiental).
- Incentivar o ecoturismo em propriedades particulares.

II. MIRANTES DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS

- Construir mirantes para a observação de baleias em locais de maior frequência de baleias, como nas praias da Ribanceira, Gamboa e Praia do Rosa.
- Inclusão de materiais visuais para a educação socioambiental relacionada a esta modalidade de turismo.

III. RECEPTIVOS CULTURAIS

- Incentivar a adequação dos receptivos culturais para criar e implementar ações sustentáveis, como a adoção de tratamento de esgoto com sistema de raízes, energia alternativa (solar e eólica), separação dos resíduos e destino da matéria orgânica para composteiras, entre outras formas de minimizar o impacto causado pela visitação turística.
- Sensibilizar os anfitriões sobre o atendimento e alguns padrões de qualidade para serviços, produtos e alimentos.
- Integração dos receptivos em redes de cooperação com objetivo de potencializar a economia solidária, o comércio justo.
- Organizar identidade visual dos receptivos culturais e desenvolver a divulgação integrada dos atrativos turísticos da APABF.
- Criar programa de ambientação para a recepção de turistas com a colocação de bancos, sinalização, locais para conversas e demonstração das atratividades.

IV. SINALIZAÇÃO DE TRILHAS

- As trilhas não apresentam sinalização padrão mínimo. Desenvolver programa de sinalização padrão das trilhas da APABF e implementar.
- Identificação das trilhas e pontos de perigo.
- Criar identidade visual do turismo de observação de baleias em pontos estratégicos do território a fim de estimular e orientar os turistas para praticar o ecoturismo de forma organizada.

V. CONDUÇÃO AMBIENTAL E GUIAS DE TURISMO

- Dificuldade de coesão da classe no território - existência de grupos difusos e, por vezes, conflitivos.
- Condução ainda não é uma atividade consolidada no território, inclusive em termos legais.
- Faltam padrões de segurança.
- Cadastramento dos condutores no âmbito do território da APABF e não apenas em cada município.
- Organização da operação turística na APABF através da integração do agenciamento de guias e condutores autônomos ou vinculados de forma coletiva.
- Criar, em conjunto com o IFSC de Garopaba, cursos específicos para qualificação continuada dos guias e condutores locais.

VI. INICIATIVAS DE ARTICULAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para a sustentabilidade no âmbito do turismo, é recomendável que se pense a atuação organizada articulada de diferentes organizações (governo, empresas e o terceiro setor) na governança territorial do turismo.

As organizações de articulação dos diferentes agentes do turismo nos âmbitos da Economia Social e Solidária: coletivos, trabalhos associativos e cooperativos vêm assumindo importância relevante em nível mundial quanto à participação na formulação de políticas públicas do turismo com visão territorial (governança territorial).

Considera-se relevante que as diferentes esferas do setor público e setor empresarial incentivem a criação de diferentes organizações e espaços de grupos de organizações (Redes e ou Grupos de trabalho) para discussão de práticas e políticas públicas no âmbito territorial que estejam relacionadas às diferentes esferas da sustentabilidade (ambiental, social e econômico) no concernente ao turismo.

É recomendável que representantes do setor público (ICMBio, Prefeituras e órgãos do estado de Santa Catarina) participem destes grupos de Economia Social ou Solidária que atuam na reflexão e desenvolvimento de práticas ou mesmo políticas públicas de turismo no âmbito de governança territorial, extrapolando, portanto, os interesses particulares e políticos de cada município e demais esferas ou órgãos de governo.

Contudo, para o trabalho em rede surtir efeitos desejados, é importante que as organizações e pessoas participantes tenham em foco algumas questões norteadoras que não desvirtuem a sua razão de existir:

- Fatores balizadores ou problemáticas que deram origem a rede;

- Políticas públicas propostas pelas redes devem levar em conta a sustentabilidade, ou seja, equilíbrio entre os fatores sociais, econômicos e ambientais;

- Plano de ação com objetivos não só macros (visando o território como um todo), mas também objetivos operacionais e locais de realizações práticas e que inspirem o território para a ação em torno do turismo sustentável;

- Atuação democrática com alternância de coordenação;

- As redes devem ser abertas ao ingresso de outras organizações ou mesmo pessoas autônomas, ainda que de forma coordenada para não desestabilizar o trabalho em execução pelas organizações e pessoas já atuantes.

Além do trabalho em rede, os GT's - Grupos de Trabalho também ocorrem para surtir efeitos territoriais em torno da sustentabilidade do turismo. Contudo, os GT's ocorrem voltados para ações específicas e com prazo determinado, enquanto que as redes, a priori, funcionam permanentemente enquanto houver motivação de seus membros aliado a objetivos de longo prazo que justifiquem sua existência.

VII. FÓRUM DE TURISMO DA APABF

Criação de um Fórum de Turismo, um instrumento de debate e proposições de temáticas que impactam diretamente na APABF. Seu funcionamento teria como premissas a realização itinerante, a diversidade de temas e a participação democrática da sociedade civil organizada, entidades empresariais, poder público, terceiro setor e moradores do território da APABF. A organização estaria a cargo de um GT vinculado ao CONAPABF e teria comissões específicas para avançar nas temáticas estabelecidas nas edições deste Fórum.

O Fórum subsidiaria com uma visão ampla de toda a APABF as ações de Redes e GT's localizados em territórios mais específicos, sub-regionais ou municipais.

Referências bibliográficas

Planejamento Estratégico da Rede TOBTerra, 2016.

Sperb, M. P.; Serva, M. Economia Social e Solidária, Governança e Turismo no âmbito do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Revista RCA/UFSC. Florianópolis, 2018.

Rede TOBTerra – GT Siriú. Roteiro Turístico no padrão TOBTerra produzido por: Bernadete Scolari, Juliani Brignol Walotek, Caroline Schio, Gabriela Lopes Ribeiro, Maiara Leonel e Carina Leitorles. Garopaba, 2015.

Rede TOBTerra – GT Caranha. Roteiro Turístico no padrão TOBTerra produzido por: Matias Poli Sperb, Renato Excel, Cássio Silvino Sartori, Aline F. Fernandes e Sandra Severo. Garopaba, 2015.

Rede TOBTerra – GT Rosa-Luz. Roteiro Turístico no padrão TOBTerra produzido por: Maria Eugênia Carrera, Maria Aparecida Ferreira, Claudete Medeiros, Alice Deorrist Rampon. Imbituba, 2015.

Rede TOBTerra – GT Caminhos da Ribanceira. Roteiro Turístico no padrão TOBTerra produzido por: Maiara Leonel, Daniel Assis Freitas, Audrey Amorim Corrêa e Amanda de Oliveira. Imbituba, 2015.